



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PROCESSO SELETIVO **2013**



## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados da especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados da especialidade a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados da especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do processo seletivo.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS



### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O direito à privacidade já desapareceu faz tempo no mundo em que vivemos. Esse direito foi desmantelado, antes mesmo que pelos espiões, pela imprensa marrom e pelas 4 revistas cor-de-rosa, pela ferocidade dos debatedores políticos — que, em sua ânsia de aniquilar o adversário, não hesitam em expor à luz suas intimidades mais secretas — e por um público 7 ávido por invadir o âmbito do privado a fim de saciar sua curiosidade com segredos de alcova, escândalos de família, relações perigosas, intrigas, vícios, tudo aquilo que 10 antigamente parecia vedado à exposição pública. Hoje, a fronteira entre o privado e o público se eclipsou e, embora existam leis que na aparência protegem a privacidade, poucas 13 pessoas apelam para os tribunais a fim de reclamá-la, porque sabem que as possibilidades de que os juízes lhes deem razão são escassas. Desse modo, embora por inércia continuemos 16 utilizando a palavra **escândalo**, a realidade a esvaziou do seu conteúdo tradicional e da censura moral que implicava e passou a ser sinônimo de entretenimento legítimo.

Mário Vargas Llosa. **Aposentem os espiões**. Internet: <www.observatoriodaimprensa.com.br> (com adaptações).

Acerca da organização das ideias e da estruturação linguística do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto está dividido em três partes — apresentação de tese, apresentação de argumentos e conclusão —, demarcadas, respectivamente, assim: “O direito à privacidade já desapareceu faz tempo no mundo em que vivemos” (l.1-2), “Esse direito (...) são escassas” (l.2-15) e “Desse modo (...) entretenimento legítimo” (l.15-18).
- 2 As relações semânticas textuais seriam mantidas caso, na linha 1, o vocábulo “já” fosse deslocado para imediatamente antes da expressão “faz tempo”.
- 3 A substituição de “continuemos” (l.15) por **continuamos** não prejudicaria a coesão e a correção textual.
- 4 Na linha 1, o emprego do sinal indicativo de crase em “à privacidade” deve-se à presença do substantivo “direito”, cujo complemento deve ser introduzido pela preposição **a** e, como o núcleo desse complemento é um substantivo feminino determinado pelo artigo feminino **a**, este deve receber o acento grave.
- 5 O pronome “a” em “a esvaziou” (l.16) retoma a expressão “a palavra **escândalo**” (l.16) e exerce a função sintática de objeto.
- 6 Das ideias apresentadas no texto, depreende-se que, nas sociedades atuais, é tácito o rompimento da fronteira da privacidade, não mais havendo, portanto, o direito à impetração de ações na justiça sob a alegação de invasão de privacidade.

1 Enquanto o Brasil se apressa para tentar aprovar uma legislação que regule o uso da Internet após denúncias de interceptação de dados no país pelo governo dos EUA, 4 especialistas divergem sobre a capacidade da Constituição e do Código de Defesa do Consumidor nacionais de proteger a privacidade dos usuários de redes sociais e de serviços de 7 *email* e busca. Para um grupo de especialistas e professores de direito, não há dúvidas de que é crime, pelas leis brasileiras, a eventual entrega de informações de cidadãos a um governo estrangeiro sem autorização legal local. Segundo eles, nem 10 mesmo a anuência com os termos de adesão de redes como Facebook e Twitter ou de serviços como o Gmail, do Google, 13 que pressupõem armazenagem e processamento de informação nos EUA, tornaria legal a transmissão de dados ao governo norte-americano.

16 Sobre a suposta espionagem norte-americana, Ronaldo Lemos, colunista da Folha e fundador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, 19 afirma que “a questão ultrapassa o campo jurídico e vai para o de política internacional” e mostra as complexidades para os Estados nacionais legislarem sobre a rede. No Brasil, o tema 22 envolve não só leis, mas também a infraestrutura de comunicações, como centros armazenadores de dados e condições de gerenciar o tráfego de informações.

Flávia Marreiro e Isabel Fleck. **Falta de legislação brasileira para a Web gera dúvida**. Internet: <http://www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Julgue os próximos itens com relação à estrutura linguística e à organização das ideias do texto acima.

- 7 Na linha 1, o pronome “se” é elemento integrante da forma verbal pronominal “apressa” e indica reciprocidade.
- 8 Na linha 8, mantêm-se as relações sintáticas e semânticas do texto ao se deslocar o termo “pelas leis brasileiras” para depois de “que” e antes de “é crime”, com as devidas adaptações de pontuação.
- 9 No segundo parágrafo, o emprego das aspas marca a mudança de discurso do autor do texto.
- 10 As formas verbais “afirma” (l.19) e “mostra” (l.20) são núcleos de predicados de orações que mantêm relação de justaposição e contam com o mesmo sujeito: “Ronaldo Lemos” (l.16-17).
- 11 Na oração “No Brasil, o tema envolve não só leis” (l.21-22), a expressão “não só” permite inferir que, nos EUA, a interceptação de dados pelo governo é uma questão que se restringe ao aspecto legal.
- 12 Enquanto, no primeiro parágrafo, tipicamente narrativo, o autor é impessoal e, por isso mesmo, isento, no segundo parágrafo ele afirma ter havido a interceptação de dados pelo governo norte-americano e serve-se da expressão “suposta espionagem” (l.16) para ironizar esse comportamento.

Julgue os seguintes itens de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR).

- 13** Impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso da linguagem formal são princípios que se aplicam às comunicações oficiais, pois elas sempre devem permitir uma única interpretação.
- 14** O chefe de determinada seção administrativa pode expor sua convicção a respeito de uma demanda em um documento oficial, desde que utilize a linguagem impessoal e se comunique em nome do serviço público.
- 15** Os pronomes de tratamento, apesar de se referirem à segunda pessoa gramatical, levam a concordância para a terceira pessoa. Do mesmo modo, os adjetivos referentes a esses pronomes também fazem a concordância no gênero do pronome, ou seja, no gênero feminino.

Com relação a Estado, governo e administração pública, julgue o item a seguir.

- 16** A administração pública, sob o ângulo subjetivo, não deve ser confundida com nenhum dos poderes estruturais do Estado, sobretudo o Poder Executivo.

A respeito dos princípios básicos da administração e dos poderes da administração, julgue os itens subsequentes.

- 17** Nos casos de desapropriação e do exercício do poder de polícia do Estado, constata-se nitidamente a aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- 18** O exercício da discricionariedade tanto pode concretizar-se no momento em que o ato é praticado, quanto posteriormente, no momento em que a administração revoga sua decisão.
- 19** São considerados legítimos os atos de mera regulamentação — seja qual for o nível de autoridade de onde se tenham originado — que, com o intuito de estabelecerem normas de complementação da lei, criem direitos e imponham obrigações aos indivíduos.
- 20** O poder hierárquico de delegação é irrestrito e, por isso, atinge certas funções específicas atribuídas a determinados agentes da administração pública.

Julgue os itens seguintes, acerca do ato administrativo.

- 21** As licenças e as autorizações, exemplos de atos negociais, não perdem sua característica de atos ordinatórios, já que também ordenam a atividade administrativa.
- 22** Existem atos administrativos produzidos por agentes de entidades que não integram a estrutura da administração pública, mas que nem por isso deixam de qualificar-se como tais, como no caso de certos atos praticados por concessionários e permissionários de serviços públicos, quando regidos pelo direito público.

No que concerne aos agentes administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 23** Segundo entendimento do STF, será constitucional lei estadual que permita o recrutamento de agentes administrativos, também denominados servidores públicos, pelo regime especial temporário, não sendo necessária motivação quanto à real necessidade temporária das funções a serem exercidas.
- 24** O pagamento de auxílio-reclusão à família do servidor público ativo cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, exceto se a liberdade for condicional.

A respeito do processo administrativo, julgue o item seguinte à luz da Lei n.º 9.784/1999.

- 25** A instrução, no processo administrativo, ocorre de ofício pela administração pública, podendo esta determinar a realização de diligência, produzir provas ou determinar a sua produção.

Acerca de licitações e contratos, julgue os itens a seguir à luz das Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002.

- 26** Somente têm legitimidade para impugnar edital de licitação por motivo de irregularidade aqueles participantes do certame.
- 27** Enquanto, nas formas comuns de licitação, a manifestação de vontade dos proponentes se formaliza sempre por meio de documentos escritos, no pregão, os participantes podem oferecer suas propostas de forma verbal.

Com referência à organização administrativa, julgue o item que se segue.

- 28** O fato de um ministério distribuir competências no âmbito de sua própria estrutura caracteriza um exemplo de descentralização administrativa.

Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 29** A CF assegura autonomia aos partidos políticos para definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes permitido, inclusive, adotar os critérios de escolha e o regime de suas obrigações eleitorais.
- 30** A CF, entre outras condições, estabelece, como requisito para a elegibilidade, que o cidadão saiba ler e escrever o seu próprio nome.
- 31** A participação popular, por intermédio do plebiscito, consiste na participação direta do povo no exercício da soberania popular.
- 32** Não poderá ser objeto de deliberação de reforma política pela via do plebiscito o pluralismo político em sentido amplo, que é entendido como a diversidade político-partidária.
- 33** O plebiscito, consistente em consulta prévia formulada ao cidadão para que ele manifeste sua concordância ou não com ato legislativo; o referendo, consulta realizada posteriormente à edição do ato legislativo; e a iniciativa popular, procedimento no qual a população exige, mediante o exercício do direito de manifestação, modificações no ordenamento jurídico, são formas de exercício da soberania popular.

Julgue os itens a seguir, referentes à separação dos poderes.

- 34** Embora a independência dos poderes seja limitada, a CF não admite que o Poder Legislativo ou o Poder Judiciário exerçam competência típica do Poder Executivo.
- 35** A independência entre os poderes é limitada, haja vista que a CF prevê a interferência legítima de um poder sobre o outro, nos limites estabelecidos constitucionalmente.

---

Durante a realização da Copa das Confederações, o Brasil conviveu com ondas de manifestações ligadas aos reajustes no transporte público, e que, aos poucos, canalizou insatisfações das mais diversas, da qualidade do ensino à corrupção.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, relativos ao direito à liberdade de expressão e de reunião e à proteção constitucional a esse direito.

- 36** A CF garante aos cidadãos, de modo irrestrito, a liberdade de realizarem reuniões em locais abertos ao público.
- 37** O STF considera que a defesa, em espaços públicos, da legalização das drogas ou da abolição de qualquer outro tipo penal é amparada pelo exercício legítimo do direito à livre manifestação do pensamento, propiciada pelo exercício do direito de reunião.
- 38** Caso o Estado impeça, de forma ilegítima, o direito de reunião, qualquer cidadão poderá utilizar do remédio constitucional denominado *habeas corpus*, tendo em vista restrições no seu direito de locomoção.

---

No que se refere à organização político-administrativa do Estado, julgue os próximos itens.

- 39** Os estados-membros, no âmbito de sua competência complementar, poderão explorar, diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.
- 40** A exploração dos serviços de telecomunicações compete exclusivamente à União, que poderá realizá-la de forma direta ou mediante autorização, concessão ou permissão.

Em relação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

- 41** Não se considerará servidor público, para fins de apuração de comprometimento ético, aquele que, por força de ato jurídico, preste serviços de natureza temporária e gratuita ao Ministério das Comunicações.
- 42** O servidor no exercício de suas funções públicas deverá preocupar-se com valores de natureza ética como legalidade, justiça, conveniência e honestidade.
- 43** As penalidades aplicáveis pela comissão de ética incluem a advertência informal, a advertência formal e a censura ética, que devem ser informadas aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores para instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- 44** A negativa de tornar público um ato administrativo enseja comprometimento ético contra o bem comum, por parte do servidor responsável pela omissão, exceto nos casos justificáveis que envolvam segurança nacional, investigação policial ou interesse superior do Estado e da administração pública.
- 45** O servidor não deve obediência absoluta aos superiores hierárquicos, cabendo-lhe negar a prática de atos que visem beneficiar terceiros com favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou antiéticas.

---

Acerca da estrutura organizacional do Ministério das Comunicações (MC), julgue os itens a seguir.

- 46** Caso o Congresso Nacional aprove requerimento de informações destinado ao MC, caberá à Secretaria Executiva do MC providenciar o atendimento.
- 47** A Agência Nacional de Telecomunicações é uma autarquia especial que, embora esteja vinculada ao MC, possui autonomia administrativa.
- 48** Considere que o ministro das Comunicações não tenha compreendido com exatidão determinada lei e a tenha submetido à Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União (AGU) para interpretação. Nessa situação, caberá à Consultoria Jurídica da AGU fixar a interpretação da lei a ser uniformemente seguida no âmbito do MC e das entidades a ele vinculadas, quando não houver orientação normativa do advogado-geral da União.

---

Em relação às disposições acerca da estrutura organizacional do MC, julgue os itens subsequentes.

- 49** Se uma empresa privada requerer licença para instalação e funcionamento de estação de serviço de radiodifusão, caberá ao Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica expedir-la.
- 50** Considere que determinada empresa prestadora de serviço tenha cometido infração relativa a serviços de radiodifusão. Nessa situação, o Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica poderá propor a instauração de procedimento administrativo para apurar a infração, embora não possua autonomia para instaurá-lo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público (PGO) e o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado prestado no regime público (PGMU), julgue os itens a seguir.

- 51 Uma empresa privada poderá ser concessionária de serviço telefônico fixo comutado, desde que devidamente constituída segundo a legislação brasileira, sendo vedada a participação de capital estrangeiro nessa empresa.
- 52 Considere que determinada empresa privada é concessionária de serviço telefônico fixo comutado (STFC) prestado no regime público, na modalidade local, em uma localidade com 450 habitantes. Nessa situação, essa empresa deve implantar o STFC com acessos individuais nas classes residencial, não residencial e tronco.

A respeito do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) e do Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), julgue o item que se segue.

- 53 A redução das desigualdades regionais e sociais é um princípio que rege a competição no setor de telecomunicações.

No que diz respeito aos aspectos legais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), julgue os itens subsequentes.

- 54 A seleção das entidades responsáveis pela programação das faixas de radiofrequência, ainda que em operação compartilhada com os municípios, é realizada pelo Ministério das Comunicações por meio de processo seletivo.
- 55 Para que a União explore o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, ela deverá comprovar excepcional interesse público.

No que concerne às regulamentações dos serviços de radiodifusão e de radiodifusão comunitária, julgue os próximos itens.

- 56 É competência exclusiva da União dispor sobre qualquer assunto referente aos serviços de radiodifusão.
- 57 Se determinada associação comunitária obtiver autorização para explorar serviço de radiodifusão comunitária, ela não poderá transferi-la, a qualquer título.

Acerca dos regimes de prestação de serviços de telecomunicações, da cassação dos serviços de radiodifusão e dos serviços ancilares e auxiliares, julgue os itens seguintes.

- 58 Considere que determinada concessionária prestadora de serviço de radiodifusão tenha veiculado notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social. Todavia, por ter sido constatado erro de informação, essa concessionária desmentiu imediatamente as notícias veiculadas. Nessa situação, a despeito do desmentido imediato, essa concessionária estará sujeita à pena de cassação, diante da gravidade do fato.
- 59 O serviço de retransmissão de TV e o serviço de repetição de TV são considerados serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão.
- 60 Considere que determinada empresa privada preste serviço de telecomunicações mediante permissão, com obrigações de universalização e de continuidade. Nessa situação, é correto afirmar que essa empresa presta esses serviços em regime privado.

### Texto para os itens de 61 a 69

O *notebook* de um analista de tecnologia da informação (TI) foi furtado nas dependências da empresa em que trabalha. O acesso ao *notebook* é feito mediante *login* protegido por senha, mas não há cifração de volume para o armazenamento não volátil. Segundo relato do analista, o computador continha cópias de documentos relevantes referentes aos projetos por ele desenvolvidos na empresa, além de seus dados pessoais.

Com referência à situação hipotética descrita no texto, julgue os itens a seguir.

- 61 O controle de acesso na forma de *login* protegido por senha não constitui proteção suficiente contra possíveis quebras de confidencialidade dos dados armazenados no *notebook*.
- 62 A cifração de volume para o armazenamento não volátil seria eficaz contra ameaças à privacidade das informações contidas no *notebook*.
- 63 Caso o *notebook* seja recuperado, não será possível determinar se o sistema foi ligado após o furto, mesmo que todos os seus componentes estejam em perfeito estado de funcionamento, inclusive o HD.
- 64 As consequências do episódio em questão afetam a confiabilidade e a integridade das informações relevantes contidas no *notebook*.
- 65 Uma vez que as informações relevantes no *notebook* estão armazenadas em outro local, é correto afirmar que os impactos sobre a disponibilidade dessas informações serão mínimos.

Ainda a respeito da situação hipotética em apreço, julgue os itens subsequentes.

- 66 Considere que a política de segurança imponha o uso de certificados digitais, de forma que os dados relevantes cheguem ao *notebook* assinados digitalmente com a chave privada do servidor de arquivos e, então, cifrados com a chave pública do analista. Nesse caso, garante-se que apenas o analista acessará os dados, se ele dispuser da chave pública do servidor de arquivos.
- 67 Se a política de segurança da empresa impusesse o uso de controle de acesso biométrico, as informações relevantes no *notebook* estariam protegidas.
- 68 Ainda que a política de segurança da empresa demandasse a utilização de câmeras de vigilância, gravando e armazenando as imagens, tal ação não constituiria uma forma eficaz de eliminar o risco de furto e acesso indevido às informações contidas no *notebook*.
- 69 Se a política de segurança da empresa impusesse o uso de travas físicas, prendendo o *notebook* a algum móvel pesado e volumoso, o risco de os impactos da situação em questão se repetirem seria eliminado.

Acerca de bancos de dados, julgue os itens seguintes.

- 70 Em um banco de dados relacional, os dados são percebidos como tabelas que representam entidades, entretanto, nem todas as tabelas implementadas de fato representam entidades conceituais.
- 71 Para que seja realizada a recuperação de um banco de dados utilizando-se arquivo gerado a partir do MySQLdump, é necessário que, antes do início do processo de recuperação, seja criado um banco de dados vazio.

Julgue os itens subsequentes, relativos a servidores *web* e servidores de aplicação.

- 72** No Tomcat, o *deploy* de uma aplicação deve ser sempre feito estaticamente, ou seja, antes da inicialização do Tomcat.
- 73** No JBoss AS 7, é possível gerenciar múltiplas instâncias do servidor de aplicação a partir de um único ponto de controle.

Julgue os itens subsecutivos, referentes a linguagens utilizadas para a implementação de regras de negócio.

- 74** A partir da versão 3.3 do Python, a implementação do bloqueio de módulos importados garante uma serialização correta, evitando problemas como *deadlocks*.
- 75** Em Ruby, a partir do código de determinada classe A, é possível acessar qualquer método privado de qualquer outro objeto da mesma classe A.

Com relação a interfaces *web*, julgue os itens que se seguem.

- 76** No GIMP, muitas ações feitas em imagens podem ser desfeitas, desde que não se esteja utilizando *plug-ins*, os quais têm comportamento diferente e não permitem que ações sejam desfeitas.
- 77** Utilizando-se o Ajax, qualquer ação que requeira uma resposta do servidor ocorre de forma síncrona.

Com relação a *frameworks*, julgue os itens seguintes.

- 78** Quando o tratamento de exceções no Struts 2 é devidamente configurado, as exceções capturadas são direcionadas para páginas de erro.
- 79** O modelo de renderização de componentes JSF é definido de forma que a classe do componente implementa, além da sua funcionalidade, a sua regra de renderização.
- 80** Com o uso do Hibernate, o isolamento dos objetos de dados passa a ser feito em memória, sendo desconsiderado o nível de isolamento das transações de banco de dados.

Com base em *engines* de *templates web*, julgue os itens subsecutivos.

- 81** O Apache Velocity, como qualquer *template engine*, tem aplicação exclusiva no desenvolvimento de páginas *web*. Dessa forma, ele sempre é utilizado como um componente integrado a outros sistemas.
- 82** O Apache Velocity, ao ser utilizado para o desenvolvimento de páginas *web*, não permite que código Java seja embutido nas páginas.

Julgue os itens seguintes, a respeito de BMP e UML.

- 83** Para que seja feita a modelagem da interação de objetos, a UML disponibiliza o diagrama de colaboração. A interação modelada por esse diagrama não se propõe a representar fluxo de dados.
- 84** No ciclo de vida BPM, as atividades de execução são realizadas a partir de uma interpretação direta e automatizada das definições feitas em atividades anteriores a esse ciclo de vida.

Acerca do CMMI-DEV 1.2 e do MPS/BR 2012, julgue os itens a seguir.

- 85** Na representação por estágios do CMMI, apenas as metas genéricas 2 e 3 são utilizadas, porque nem todos os processos são avançados além do nível de capacidade 3.
- 86** Gerência de Portfólio de Projetos é um processo do MPS/BR exigido para se alcançar inicialmente o nível de maturidade E, que constitui um processo vital para alcançar o nível de qualidade, a qual não permite sua exclusão no escopo de uma avaliação MPS.
- 87** O processo Gerência de Requisitos do MPS/BR, exigido inicialmente para se alcançar o nível de maturidade F, visa ao gerenciamento dos requisitos do produto e dos componentes do produto do projeto, bem como identificar inconsistências entre os requisitos, os planos do projeto e os produtos de trabalho do projeto.
- 88** No processo Foco nos Processos da Organização do CMMI-DEV, o fato de o processo estar institucionalizado com um processo definido é exemplo de meta específica, a qual descreve as características que devem estar presentes para uma implementação adequada do processo.

Acerca das normas NBR ISO/IEC 12207 e NBR ISO/IEC 9126, e do modelo ágil *Extreme Programming* (XP), julgue os itens subsequentes.

- 89** O foco principal da NBR ISO/IEC 9126 é o processo de garantia da qualidade do produto de *software*, que descreve um modelo de qualidade do produto de *software*, bem como da qualidade de seu uso e, ainda, define as atividades para garantir objetivamente que os produtos e processos de *software* estejam em conformidade com os requisitos especificados.
- 90** A metodologia XP promove *feedbacks* concretos e contínuos, é eficiente, é de baixo risco, é flexível, é previsível e possui abordagem de planejamento incremental.
- 91** A norma NBR ISO/IEC 12207 agrupa os processos do ciclo de vida de *software* em três grupos: o fundamental, os de apoio e o organizacional. O processo de Aquisição, que pertence ao grupo fundamental, descreve atividades do adquirente e as exigências na especificação do produto de *software* ou serviço de *software*, enquanto o processo de Fornecimento, que pertence ao grupo de apoio, define as atividades do fornecedor ou da organização que provê o produto de *software* ou serviço de *software* ao adquirente.

Julgue os itens a seguir, a respeito de requisitos, análise e projeto da engenharia de *software*.

- 92** A compreensão do domínio da solução e da organização e a coleta dos requisitos fazem parte da etapa de levantamento e análise de requisitos, enquanto a gerência dos conflitos entre os *stakeholders* faz parte da etapa de verificação e validação dos requisitos.
- 93** A gestão de requisitos agrega atividades que permitem identificar, controlar e rastrear requisitos; identificados esses requisitos, podem ser desenvolvidas tabelas de rastreamento de requisitos para ajudar na gestão.
- 94** Os objetivos que o modelo final de um projeto de *software* deve atingir são, no mínimo, os de descrever as exigências do cliente e de estabelecer a base para criação da arquitetura do sistema.
- 95** Entre os processos de alto nível da gestão de requisitos, estão a obtenção dos requisitos, a análise, a especificação e a validação, em que a modelagem do negócio faz parte da obtenção e da análise, enquanto o estudo de viabilidade é um subprocesso da validação.

Com relação aos testes e à gestão de configuração da engenharia de *software*, julgue os itens subsequentes.

- 96** Uma das atividades do teste fumaça — uma abordagem de teste de integração que visa testar o sistema inteiro — é projetar uma série de testes que identifique erros com possibilidade de inserir o projeto fora do cronograma.
- 97** O planejamento de teste pode começar ao final do modelo de análise e, após o modelo de projeto do *software* ter sido consolidado, é possível detalhar os casos de testes, ou seja, podem-se projetar os testes antes que os códigos do produto de *software* tenham sido desenvolvidos.
- 98** Do ponto de vista procedimental, o teste de *software* pode ser descrito como uma série de quatro passos sequenciais: testes de unidade, de integração, de validação e de sistemas.
- 99** Uma gestão de configuração eficaz controla os inúmeros artefatos produzidos no projeto de *software*, incluindo a identificação dos itens de configuração, o controle de mudanças e a auditoria das mudanças realizadas nesses itens, e a disponibilização de informações sobre os dados atuais de configuração dos itens para desenvolvedores, usuários finais e clientes.
- 100** *Baselines* podem ser considerados uma base estável para a evolução contínua dos itens de configuração e são adicionados ao sistema de gestão de configuração à medida que são desenvolvidos.

Acerca dos padrões de projeto utilizados em programação orientada a objetos, julgue os itens a seguir.

- 101** Por meio do padrão Iterator, é possível definir o acesso direto aos métodos de manipulação aos elementos de um objeto agregado.
- 102** O padrão Expert define uma única classe que irá centralizar o controle do sistema.
- 103** Para definir uma classe que possui apenas uma instância e provê um ponto de acesso global a ela, é correto o uso do padrão Singleton.
- 104** Por meio do padrão Prototype, é possível especificar uma interface genérica para o acesso a informações internas da classe.
- 105** Para converter a interface de uma classe em outra interface esperada pelo cliente, é correto utilizar o padrão Adapter.
- 106** O padrão Command encapsula uma requisição em um objeto, permitindo a parametrização de clientes com diferentes requisições, filas ou requisições de *log*.

Acerca de mídias e ferramentas utilizadas em TI, julgue os itens subsequentes.

- 107** HTML é uma linguagem utilizada para a representação de informação estruturada em páginas *web*.
- 108** ActionScript é uma linguagem de *script* orientada a objetos utilizada no Microsoft Office PowerPoint.
- 109** O DreamWeaver pode ser utilizado como um editor HTML WYSIWYG.
- 110** Em um DVD de camada dupla, é possível armazenar até 4,7 GB de dados.
- 111** A sigla DVD-RW identifica os discos de DVD regraváveis.

A respeito da usabilidade em páginas *web*, julgue os itens que se seguem.

- 112** WCAG é parte do WAI e define recomendações para tornar mais rápido o acesso ao conteúdo da Web.
- 113** WAI é uma iniciativa do W3C para o desenvolvimento de estratégias, guias e recursos que tornem a Web acessível a pessoas com deficiências.

Com relação aos padrões *web*, julgue os itens a seguir.

- 114** CSS é um mecanismo utilizado para adicionar controle assíncrono em documentos *web*.
- 115** Tableless — uma forma de desenvolvimento de sítios sugerido pela W3C — não utiliza tabelas para disposição de conteúdo na página.
- 116** Entre as propostas de Jakob Nielsen relacionadas à usabilidade de sistemas, estão a visibilidade de *status* do sistema, a liberdade e o controle do usuário, a consistência e o controle de concorrência entre processos.
- 117** Leitores de tela são *softwares* utilizados para obter resposta do computador por meio sonoro.
- 118** CSS, DOM, CGI, SVG e XML são exemplos de padrões *web* propostos pela W3C.

Acerca de arquitetura da informação, julgue os próximos itens.

- 119** Arquitetura da informação pode ser definida como uma disciplina focada em trazer princípios de *design* e arquitetura para o panorama da informação digital.
- 120** Os componentes da arquitetura da informação podem ser organizados nas seguintes categorias: sistemas embarcados, sistemas de rotulação, sistemas de navegação e sistemas de busca.



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos